

BOLETIM CNM

Publicação da Confederação Nacional de Municípios – Julho de 2013

As conquistas da XVI Marcha

Nesta edição:

- Auxílio emergencial de R\$ 3 bilhões beneficia todos os Municípios brasileiros
- Senado Federal instala Subcomissão para tratar de temas municipalistas
- Pesquisa mostra o que defendem os prefeitos sobre o tamanho do mandato

Início dos trabalhos

Milhares de gestores municipais acompanharam a abertura da XVI Marcha

A solenidade de abertura da *XVI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios* ocorreu na manhã de terça-feira, 9 de julho, com o auditório lotado por milhares de gestores municipais. Os presidentes da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, e de todas as entidades estaduais compuseram a mesa.

No discurso de abertura, Ziulkoski agradeceu a presença dos prefeitos que fazem desta Marcha a maior de todas até hoje. São milhares de chefes do Executivo municipal acompanhados de

vereadores, vices e secretários. “Nós estamos em uma crise profunda e eu chamo a atenção para sermos organizados. Nossa discussão é de Estado e nós somos apartidários”, ressaltou.

A abertura da *XVI Marcha* contou com o prestígio de congressistas. Alguns deles são os senadores Valdir Raupp (PMDB-RO), Wellington Dias (PT-PI), Sérgio Souza (PMDB-PR) e Cassildo Maldaner (PMDB-SC), além dos deputados Osmar Terra (PMDB-RS), Benedita da Silva (PT-RJ) e Júlio César (PSD-PI).



Joel Rodrigues/Agência LAR

“Eu nunca vi um evento como este. Vocês representam os cidadãos do Brasil inteiro”, lembrou o senador catarinense Maldaner.

Ziulkoski fala para milhares de prefeitos

“Ao longo dos últimos anos, o governo federal criou inúmeros programas para que os Municípios executassem. Além de todos serem subfinanciados, ainda estão defasados, ou seja, não foram reajustados nem pela inflação”. A constatação é do presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, feita durante palestra com milhares de presentes – entre prefeitos, vice-prefeitos, secretários municipais, vereadores e demais gestores municipais.

Por meio de estudo, produzido pela área de estudos Técnicos da CNM, Ziulkoski mostra que as políticas públicas estaduais e federais oneram as finanças municipais, porque em muitos deles a execução chega a custar o dobro do valor financiado. Como exemplo, foi mostrado o caso dos programas da Saúde. Pelo projeto *Experiência Municipal*, a CNM chegou à seguinte perspectiva: os sete programas custam mais de R\$ 176 milhões, e o governo repassa para as prefeituras pouco mais do que R\$ 58 milhões. A apresentação do presidente da CNM também mostrou o mesmo quadro nos programas de Educação e Assistência Social.

Outra informação importante levantada, também, pelo Projeto *Experiência* foram as ações que o Município realiza e que não são de sua competência. “Chegamos a um total de mais de 390 ações, em 70 Municípios, com um dispêndio de 1,1% de toda a receita municipal”, mostrou Ziulkoski.



Joel Rodrigues/Agência LAR

Em contrapartida, 4.041 Municípios têm algum tipo de apontamento no Cadastro Único de Convênios (Cauc). Isso representa 72,6% de 5.563 prefeituras.

A plenária de Ziulkoski também mostrou o valor da dívida previdenciária dos Municípios. A pesquisa aponta que: “em fevereiro de 2009, a dívida somava R\$ 22 bilhões, agora, o valor chega a R\$ 62 bilhões, segundo

dados da Receita Federal do Brasil de dezembro de 2011”. No mapeamento de restos a pagar da União, inscritos em 2013 e relativos a transferências a Municípios, os dados da CNM indicam o tamanho do problema. “De 61.130 processos de despesas (empenhos) que correspondem a R\$ 25.569.716.664 de restos a pagar inscritos, R\$ 2,7 bilhões são processados e R\$ 22,9 bilhões são não processados”.

“Os restos a pagar constituem um montante expressivo no orçamento da União sem ser executado. Os Municípios enfrentam problemas, porque os recursos seguem um cronograma de execução político que os deixam em sérias dificuldades”, ponderou o líder municipalista.

Ziulkoski começou sua palestra com uma estimativa das perdas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) – a deterioração do Pacto Fiscal de 1988 e o comportamento do Fundo. “Caso o FPM mantivesse a mesma proporção da receita administrada de 1989, estaria em R\$ 100 bilhões por ano”, mencionou o presidente da CNM.

Reivindicações

Propostas à Presidência da República e ao Congresso Nacional

Com discurso menos ofensivo, o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, apresentou as reivindicações dos Municípios à presidente da República, Dilma Rousseff. No entanto, ele não se limitou à presidente, fez questão de mostrar a necessidade de mudanças aos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN) e Renan Calheiros (PMDB-AL). Os representantes da República, do Congresso Nacional e outros agentes políticos e de Estado foram ao encontro de municipalistas na manhã do dia 10 de julho.

Entre as propostas feitas por Ziulkoski estão: um pacto pela verdade, o fim das emendas parlamentares, as mudanças no Pacto Federativo, a redução de gastos do Executivo e do Legislativo e o fim da renúncia fiscal do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias (ICMS).

“Vamos falar de pacto. Mas o que vamos colocar aqui é o que as manifestações querem. É o pacto da verdade. Não dá mais para maquiagem nada no Brasil”, ponderou Ziulkoski. A proposta foi imediatamente apoiada por Dilma Rousseff. Ela falou logo depois, em seu discurso, afirmando: “concordo com o proposto pelo Ziulkoski, é importante que nós façamos o pacto pela verdade”.

Ziulkoski começou seu pronunciamento com menções às conquistas obtidas com as Marchas a Brasília em Defesa dos Municípios. “O valor do que conquistamos ao longo dos anos chega a R\$ 229 bilhões”, disse. No entanto, ele mesmo ponderou que o montante ainda não resolve o problema dos Municípios, porque cada vez mais crescem as demandas e as necessidades.

“Os Municípios e os prefeitos estão basicamente na ponta como executores dos programas [federais e estaduais], mas ainda há um acúmulo de arrecadação por parte da União”, destacou. Segundo ele, esse é um dos problemas da crise e do desequilíbrio financeiro dos Municípios; além do subfinanciamento desses programas.

De acordo com o líder municipalista, são 393 programas, e o prefeito deve ficar atento para não aplicar os recursos desses programas em outras áreas e se complicar com a Controladoria-Geral da União (CGU). Análises técnicas da CNM indicam que o valor da execução — de muitas das políticas públicas — chega a custar o dobro para as prefeituras.

Em sua fala, Ziulkoski levantou o enxugamento da máquina pública administrativa. Ele aproveitou o encontro, que reuniu os representantes do Executi-



Joel Rodrigues/Agência LAR

vo e do Legislativo, e disse: “é preciso diminuir, e tem de começar por Brasília”. E direcionou aos presidentes da Câmara e do Senado a necessidade de acabar de uma vez por todas com a renúncia fiscal do ICMS. “Coloca em votação, se aprovada, isso significa R\$ 15 bilhões a mais para os Municípios”, adiantou.

“O movimento municipalista fará uma grande mobilização nacional pelo fim das emendas parlamentares. Nós [a CNM] temos um estudo, dos últimos dez anos, mostrando que foram alocados R\$ 120 bilhões para as emendas individuais. Quando fomos ver, a execução orçamentária não chegou a 18%”, revelou o líder municipalista.

Ziulkoski calculou que só o processo para liberação da verba de emendas é muito maior que o valor repassado. “O custo de uma emenda de R\$ 300 milhões para um Município pequeno, que leva um tempo de 36 meses, é muito maior do que o transferido”, assegurou. “A emenda constitucional que vamos apresentar estabelece que este recurso seja repassado de forma republicana, por meio de um fundo de desenvolvimento municipal, para que cheguem a todos os Municípios, inclusive aos pequenos”, explicou. “Essa é uma proposta que a Confederação está assumindo e vai levar adiante com apoio da população e com assinaturas populares”, antecipou.



Participação da presidente

Dilma anuncia recursos extras para os Municípios e pede “esforço” dos prefeitos



“A Marcha é um importante momento democrático dos Municípios com o governo federal”. Com essa afirmação, a presidente da República, Dilma Rousseff, iniciou o discurso dela na XVI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, na manhã do segundo dia do evento, 10 de julho. O principal anúncio do chefe do Executivo foi o montante de R\$ 3 bilhões.

A presidente esclareceu que este valor será transferido na forma de auxílio emergencial para ajudar os gestores no momento de crise. Dilma explicou que serão duas parcelas, uma em agosto e outra em abril de 2014.

Nada será descontado ou vinculado. Mas a presidente deu a entender que a preferência é que a verba extra seja aplicada em Saúde e Educação. “O governo federal tem consciência de que a população quer melhorias nos serviços públicos, e todos nós temos de fazer um grande esforço” disse.

Saúde como ponto principal

O enfoque do discurso de Dilma foi para a Saúde. Ela abordou detalhes do Programa Mais Médicos, lançado na terça-feira, dia 9, e pediu “esforço” por parte dos prefeitos para mudar a situação atual do setor. “Nós iremos custear de forma integral mais médicos no interior, nos postos e nas Upas [Unidades de Pronto Atendimento de Saúde]”.

Segundo informações da presidente, vai ser oferecida uma ajuda de custo entre R\$ 10 e R\$ 30 mil para cada médico, de acordo com a região. A prioridade será para Norte e Nordeste. Além disso, o governo deve repassar R\$ 4 mil mensais a mais para as equipes dos postos de saúde; e construir mais postos e Upas.

“O critério de distribuição dos recursos deve ser o mais equânime e democrático possível”, prometeu Dilma Rousseff. Ela ainda acrescentou que “não há como estabelecer pisos [salariais] sem indicar a fonte”. Por isso,

a presidente defendeu o uso dos *royalties* na manutenção da Saúde e também da Educação.

Outros anúncios

Dilma também fez anúncio relacionado ao Minha Casa, Minha Vida. “Nós tomamos a decisão de que todos os Municípios podem acessar o Programa”. A presidente lembrou que essa é uma reivindicação alertada pelo movimento. Estão disponíveis para os Municípios com menos de 50 mil habitantes um total de 135 mil moradias. Valor que chega a R\$ 4,7 bilhões.

Em relação às máquinas liberadas pelo governo, Dilma Rousseff alegou que serão entregues preferencialmente aos Municípios com problemas decorrentes da seca. “Há um calendário para os demais. Até novembro, entregaremos as motoniveladoras e, em fevereiro, os caminhões-caçamba”. A explicação é que a indústria ficou defasada com a grande demanda.

Rousseff manifestou apoio à reformulação da Lei Complementar (LC) 116/2003, que trata do local de recolhimento do Imposto Sobre Serviços (ISS). Essa também era uma demanda do movimento municipalista deste ano.

Final da participação

Apesar de ter sido questionada pelo presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, que discursou antes dela, Dilma não respondeu às questões como o Encontro de contas entre Municípios e a Previdência Social e o aumento fixo de 2% no Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Por não ter respondido, ou não ter conseguido explicar à plateia que os R\$ 3 bilhões representavam 1,3% do FPM, portanto, parte daquilo que a CNM pediu, a presidente saiu vaiada por alguns dos gestores presentes.

Participação da presidente

Ziulkoski desfaz mal-entendido

Após a presidente da República, Dilma Rousseff, deixar a *XVI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, esclareceu para os gestores presentes o mal-entendido sobre as medidas anunciadas.

Diante do esclarecimento, muitos deixaram o evento avaliando que as vaias de parte da plateia à presidente foram injustas. Oficialmente, porém, os prefeitos reivindicam um reajuste de 2% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e não apenas para este ano, mas de forma constante.

O prefeito de Inhaúma (MG), Max Oliveira Santos, disse que houve “uma indelicadeza” dos prefeitos e uma incompreensão do que a presidente havia dito. “O que ela anunciou foi um auxílio financeiro de emergência, o qual não soube explicar”.

Na mesma linha, o prefeito de Ipixuna do Pará (PA), Salvador Chamon Sobrinho, também considerou que a presidente não soube se expressar. “Ela poderia ser mais clara. Começou bem o discurso, mas não soube dar detalhes do anúncio”, disse. Outro prefeito, da cidade de Barro (CE), Francisco Araújo, afirmou que Dilma não merecia vaias. “Só houve um problema de comunicação”, avaliou.

Alguns prefeitos lembraram que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva já recorreu a um instrumento chamado Auxílio Financeiro aos Municípios (AFM) para anunciar recursos como os que foram prometidos nesta quarta por Dilma.

O prefeito de Tunápolis (SC), Enoí Scherer, acredita que algumas medidas vão ajudar muito sua administração e que Dilma mostrou certa “flexibilidade” para atender aos prefeitos. “Temos de continuar lutando, mas não achei justas as vaias ao Ziulkoski ou para Dilma”, admite.

Para o também catarinense prefeito de Santa Rosa do Sul, Nelson Oliveira, o que criou o maior problema foi o excesso de expectativa que alguns membros do governo espalharam entre os gestores. “As medidas vão ajudar de forma emergencial, mas precisávamos mesmo era do FPM”, explica.

O prefeito catarinense de Sombrio, Zênio Cardoso, admite que o FPM era uma vontade de todos os prefeitos, mas avalia que, de modo geral, muitas das medidas são positivas. “As medidas anunciadas na área de Saúde foram boas. O aumento de R\$ 600 milhões para o Piso de Atenção Básica (PAB) será útil para meu Município, que precisa de toda ajuda possível nesta área”, adianta.

PAB

Na quarta-feira, 10 de julho, a presidente da República, Dilma Rousseff, anunciou mais R\$ 600 milhões por ano para o Piso de Atenção Básica (PAB). A CNM luta por uma correção aos incentivos do piso desde 2011 e aponta que em 1996 o PAB fixo era de R\$ 12,00 por habitante/ano.

Quando corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para janeiro de 2012, o valor deveria ser de, no mínimo, R\$ 32,57. “Dessa forma, comparando com o novo valor estabelecido pelo Ministério da Saúde, existe uma diferença a menor de R\$ 12,57, o que equivale a um déficit de 62,9%”, aponta Ziulkoski.

A CNM defende que as medidas anunciadas atendem parcialmente aos pleitos emergenciais reivindicados pelo movimento. As lideranças das Associações Estaduais e a CNM reconhecem, assim, o esforço do governo em atender às dificuldades urgentes dos Municípios brasileiros, repondo valores equivalentes às perdas decorrentes das desonerações e ampliando a participação no atendimento à saúde.

Conquista no Congresso

Municípios conquistam comissão que vai representá-los no Congresso Nacional



Joel Rodrigues/Agência LAF

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) mobilizou quase mil pessoas, em um auditório com 800 lugares, para a cerimônia de reinstalação da Subcomissão de Assuntos Municipalistas, no âmbito Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). No Petrônio Portela, do Senado Federal, segundo o presidente Paulo Ziulkoski, o movimento ganhou um espaço importante, onde os Municípios serão protagonistas.

A cerimônia de posse dos dirigentes da Subcomissão ocorreu durante a *XVI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, na tarde do dia 9 de julho. Esta Subcomissão é uma das reivindicações da CNM e foi atendida pelos senadores. “Deixamos para que esta solenidade acontecesse neste momento em que o Brasil está aqui”, lembrou Ziulkoski.

Presidência

A presidente eleita por aclamação foi a senadora Ana Amélia (PP-RS). “Nós vamos dar prioridade para que os recursos sejam mais bem distribuídos. Nossa agenda é a agenda municipalista”, prometeu a parlamentar.

Na ocasião, Ana Amélia elogiou a atuação de Paulo Ziulkoski frente ao movimento nacional. “Os municipalistas devem muito a um líder e tenho muito orgulho de que ele seja do meu Estado”, ressaltou.

Para o cargo de vice-presidente da Subcomissão, o senador Waldemir Moka (PMDB-MS) foi o escolhido. “É um orgulho muito grande me dirigir àqueles que realmente comandam este país, porque ninguém mora na União e ninguém mora nos Estados”, declarou.

A IMPORTÂNCIA DESTES ESPAÇO

O senador Lindbergh Farias (PT-RJ) falou na condição de presidente da CAE. “Essa Subcomissão será a casa dos Municípios. Nós temos de avançar na discussão do Pacto Federativo e do encontro de contas, pois os Municípios têm mais a receber do que são cobrados. Os senhores vão ver na prática o que estamos criando. Os senhores ganharam hoje um grande instrumento neste Parlamento”.

O discurso do presidente Ziulkoski foi ainda mais exaltado e aplaudido por todos os presentes. “Chegou o nosso momento de mostrarmos que os Municípios estão lá na Constituição. Não somos um enfeite. Nós queremos contribuir, engrandecer o Senado”.

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), lembrou que as reclamações dos prefeitos “se cruzam e se reforçam” com os pedidos feitos pelos brasileiros nas ruas. “Acho que entre os compromissos firmados amanhã com a presidente Dilma está o aumento do FPM [Fundo de Participação dos Municípios]. Tenho certeza de que ela não vai negar”.

A cerimônia, que durou aproximadamente uma hora e meia, contou com a presença de vários senadores e deputados. Os prefeitos saíram satisfeitos e com a certeza de a representatividade municipalista no Congresso ter aumentado.

Conquista no Congresso

Dirigentes analisam conquistas

Com diversas conquistas e troca de experiências entre os prefeitos, a *XVI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios* terminou com um balanço positivo, de acordo com os dirigentes das entidades estaduais.

O presidente da Associação dos Municípios do Paraná (AMP) e prefeito de Nova Olímpia, Luiz Lázaro Sorvos, considerou que o encontro foi um sucesso e as conquistas obtidas foram um avanço. A principal delas foi o anúncio, feito pela presidente da República, Dilma Rousseff, de um novo Apoio Financeiro aos Municípios, no valor de R\$ 3 bilhões. Os recursos serão liberados em duas parcelas: 50% em agosto de 2013 e a outra metade em abril de 2014.

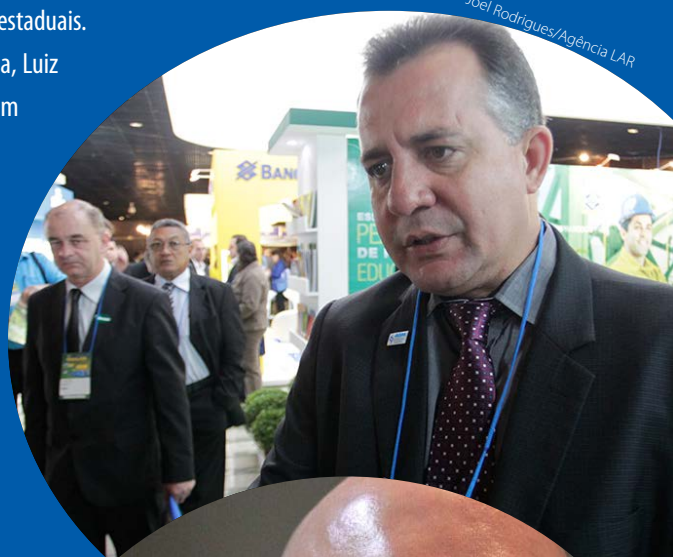
AGM – O presidente da Associação de Municípios Goianos (AGM), Cleudes Costa, parabenizou a condução dos trabalhos na orientação dos momentos difíceis.

FGM – Para o presidente da Federação Goiana de Municípios (FGM), Divino Alexandre, a oportunidade de ter a presença da presidente, Dilma Rousseff, durante esse evento é ímpar, pois “ela acenou uma ajuda financeira aos Municípios agora em agosto e a próxima em abril. Mas entendemos que houve avanços, melhorias dos valores repassados para a saúde e para alguns programas do governo federal. É importante avaliarmos positivamente a participação e os esclarecimentos da presidente durante a marcha,” afirma.

AMM – Para o vice-presidente da Associação Mineira de Municípios (AMM) e prefeito de Ipuiúna, Elder Oliva, os investimentos são considerados razoáveis. “O investimento neste momento, em que há uma queda expressiva do FPM, acaba, sem dúvida, amenizando. Na verdade, o valor anunciado é uma recomposição daquilo que os Municípios perderam neste período. Portanto, apesar de não ser o ideal, vai ajudar as cidades nessa travessia difícil.

Assomassul – O presidente da Associação dos Municípios do Mato Grosso do Sul (Assomasul), Douglas Figueiredo, sugeriu que a saída para atender de uma vez aos Municípios seria o governo federal incrementar em 2% os recursos do FPM. “Não fomos totalmente atendidos, seria importante promover medidas compensatórias em outros setores da administração pública, como na Saúde e na Educação”, destaca.

AMM – O presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM), Valdecir Luiz Colle, conhecido como Chiquinho do Posto, ressaltou que as medidas anunciadas pela presidente Dilma Rousseff durante a *Marcha* não foram bem esclarecidas. Na sua opinião, o aporte financeiro anunciado por ela deveria ser feito em apenas um repasse e não parcelado. Ele informou que para Mato Grosso serão repassados R\$ 55 milhões do bolo. “Trata-se de um aporte financeiro para que os prefeitos possam pagar folha de servidores ou fornecedores”, adianta.



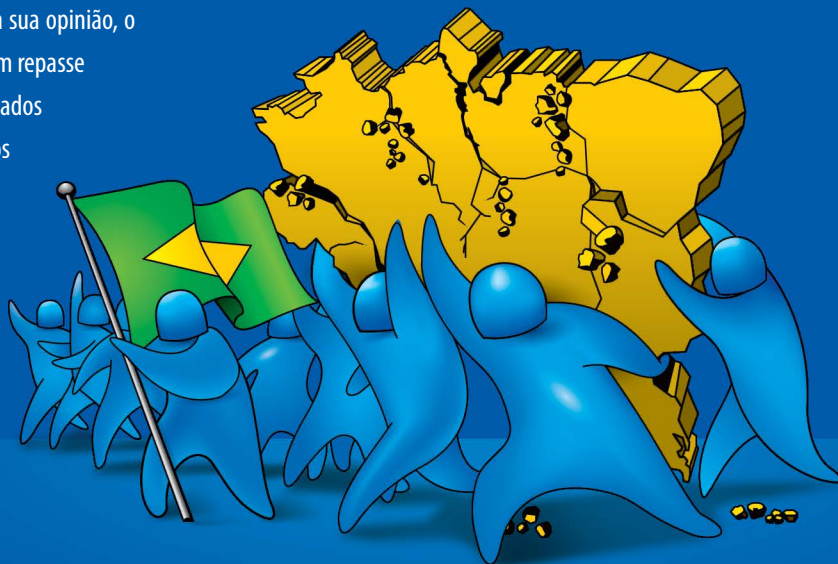
Joel Rodrigues/Agência LAR



Divulgação/AMM

XVI
MARCHA
A BRASÍLIA EM DEFESA DOS MUNICÍPIOS

8 a 11 de julho de 2013



Reposta do movimento

Movimento municipalista divulga nota sobre anúncios do governo federal

A diretoria da Confederação Nacional de Municípios (CNM) e os presidentes das entidades estaduais debateram os anúncios feitos pela presidente da República, Dilma Rousseff, durante participação na *XVI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*.

Os líderes do municipalismo elaboraram uma nota oficial com a posição do movimento. O documento foi assinado por 28 representantes estaduais e pelo presidente da CNM, Paulo Ziulkoski. Confira na íntegra:

NOTA DO MOVIMENTO MUNICIPALISTA

Os Municipalistas do Brasil vêm por meio da presente nota esclarecer que os recursos federais, anunciados na *XVI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, atendem parcialmente aos pleitos emergenciais reivindicados pelo movimento. Abaixo, seguem os principais anúncios:

- a) um novo Apoio Financeiro aos Municípios (AFM) no valor de R\$ 3 bilhões a serem pagos em duas parcelas, 50% em agosto/2013 e outra em abril/2014. Estes valores entrarão como recursos próprios, desvinculados para todos os tipos de investimento, e serão transferidos pelos critérios do Fundo de Participação dos Municípios, representando cerca de 1,3% do FPM de um ano;
- b) atualização do Piso de Atenção Básica (PAB) em mais R\$ 3,00 por habitante, passando de R\$ 20,00 para R\$ 23,00 por habitante, um aporte de mais de R\$ 600 milhões ao ano;
- c) apoio à ampliação do elenco de atividades a serem tributadas no

âmbito da LC 116/2013 (ISS), tais como *leasing*, cartão de crédito e construção civil, o que poderá gerar um aporte de recursos;

- d) extensão do Programa Minha Casa, Minha Vida a todos os Municípios abaixo de 50 mil, sem a necessidade de seleção dos Municípios, com a oferta inicial de 135 mil moradias;
- e) contratação de médicos no âmbito do novo programa da área de saúde, com o pagamento integral do salário do médico pelo governo federal, mais um aporte de R\$ 4 mil para aqueles que montarem uma equipe de saúde da família;
- f) ampliação de 11.800 postos de saúde e a construção de 6.000 novos postos, além da construção de 225 Upas (Unidades de pronto atendimento); e
- i) novos contratos de construção de creches no valor de R\$ 3,2 bilhões (2.000 novas unidades).

A expectativa dos prefeitos é a de que o aumento de 2% ao FPM fosse assegurado, considerando que esse repasse é constitucional. O movimento municipalista continuará lutando por esta conquista por meio de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) a ser aprovada pelo Congresso Nacional.

As lideranças das Associações Estaduais e a Confederação Nacional de Municípios (CNM) reconhecem, assim, o esforço do governo em atender às dificuldades urgentes dos Municípios brasileiros, repondo valores equivalentes às perdas decorrentes das desonerações e ampliando a participação no atendimento à saúde.

Fórum de Vereadores reforça trabalhos

Paralelo à *XVI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) promoveu no dia, 10 de julho, o *VIII Fórum de Vereadores*. O vereador de Ibirubá (RS), Tuta Rebellato, estava na mesa orientando os debates, e parabenizou o espaço que a CNM mais uma vez concedeu aos vereadores. “São eles que ajudam a fortalecer a democracia brasileira”, afirma.

Para Tuta o balanço do Fórum foi surpreendente. “Trazemos assuntos importantes para as Câmaras, e quando esses temas chegarem para análise dos vereadores, eles já vão conhecer e ter orientações a respeito”, explica.

Tuta ainda destacou a importância da troca de experiências entre os vereadores de todas as partes do Brasil que compareceram ao evento. Um dos temas de destaque do Fórum foram os prazos e dúvidas quanto aos projetos de Resíduos Sólidos municipais e a infidelidade partidária.

Orientações para aplicar na prática – Para o vereador de Monte Ne-

gro (RS), Gustavo Zanatta, que está no primeiro mandato, o Fórum foi essencial, pois trouxe informações importantes em nível de gestão municipal. Um exemplo que chamou a atenção do vereador foram as discussões em torno dos Resíduos Sólidos. “Vou procurar saber como está o encaminhamento deste assunto no Município e vamos levar para casa essas orientações para tentar aplicar nos projetos”, informou Zanatta.

O vereador mineiro de Jacuí, Celio Silva, acredita que o tema precisa ser priorizado pelos gestores, e o governo deveria dar uma contrapartida para ajudar os Municípios no setor. “A maioria dos Municípios não conseguiu entregar os planos, pois não tem equipes e têm diversas dificuldades financeiras. Esses projetos são caríssimos, a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copsa), queria cobrar taxas absurdas para tratar o esgoto, tivemos que arquivar o projeto”, explica.

Avaliação dos prefeitos

Participantes fazem um balanço positivo

Organizada pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), a XVI edição da *Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios* chegou ao fim com muitos elogios. O evento reuniu quase quatro mil agentes municipais.

Pela primeira vez no encontro, a prefeita de Ituberá (BA), Iramar Costa, disse que a Marcha é um momento importante onde os gestores gritam os problemas comuns. Para ela, a relevância este ano é ainda maior após as mobilizações feitas pelo povo.

A prefeita avaliou como positivo os anúncios do governo federal, mas, para ela, o pacote ainda não atende às necessidades. “Apenas minimizam”. Mas, mesmo assim, gostaria de parabenizar a conduta do presidente Paulo [da CNM]. Percebo que não é brigando ou estabelecendo guerra que vamos conquistar as coisas, destacou Iramar Costa.

Experiência adquirida

Segundo o prefeito de Pereiro (CE), João Dias, a oportunidade de se encontrar com colegas prefeitos e com a presidente da República é uma experiência muito importante. “Gostei também da coragem do presidente Paulo em mostrar a realidade dos Municípios”, afirma.

O prefeito cearense espera que as próximas Marchas resultem ainda mais em melhorias, pois os encargos repassados às prefeituras só aumentam. “Precisamos de melhoria no repasse de recursos para honrarmos com tudo. Só na Saúde, hoje, gastamos de 180 a 200 mil reais a mais do que a obrigação”, acrescentou.



Joel Rodrigues/Agência LAR



Joel Rodrigues/Agência LAR

Reuniões de bancada

Parlamentares recebem Pauta Municipalista

Ainda no Congresso Nacional, durante a XVI *Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, os gestores municipais foram recebidos pelos senadores e deputados nas bancadas estaduais. Cada Estado teve um espaço para apresentar a *Pauta Municipalista* deste ano e debater os assuntos peculiares.

Assim como em *Marchas* anteriores, os líderes das entidades estaduais presidiram as reuniões. Eles foram os responsáveis por elencar os pontos mais relevantes da Pauta e que dizem respeito ao Congresso Nacional.

Nas mesas, também estavam os líderes de bancada de cada Estado – senador ou deputado. As reuniões ocorreram tanto nas salas de Comissões



Joel Rodrigues/Agência LAR

Permanentes da Câmara, quanto do Senado. A Confederação Nacional de Municípios (CNM) acompanhou e orientou essa atividade.

A *Pauta de Reivindicações*, como é chamada, é dividida em duas partes. A primeira de proposições favoráveis à gestão pública municipal e que, portanto, recebem o apoio do movimento. A segunda é a parte negativa, matérias que, se aprovadas, podem resultar em graves problemas aos Municípios.

Esta publicação é idealizada para que os congressistas possam acompanhar e se posicionar em apoio ao municipalismo. A Pauta foi entregue tanto aos participantes da *Marcha* quanto aos deputados e senadores.

Exposição

5ª Exposição de Produtos, Serviços e Tecnologia

Os prefeitos e os demais agentes municipais que participaram da XVI *Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios* puderam ter acesso à 5ª *Exposição de Produtos, Serviços e Tecnologias*. Nas áreas interna e externa no local do evento, os gestores conheceram empresas que oferecem, por meio de produtos e serviços, auxílio na administração pública.

Segundo a organizadora da Exposição, Dalva Christofolletti, o espaço foi uma oportunidade de se aprender e conhecer ferramentas a serem utilizadas na gestão. “A ideia surgiu porque eu queria saber tudo o que eu podia usar para melhorar a administração”, explica.

Para ela, a exposição beneficia ambas as partes – Municípios e empresas –, e a demanda é dos próprios prefeitos. “São várias marcas de um mesmo segmento para eles escolherem. É um serviço de utilidade pública”.

Oportunidades

“A Exposição é uma oportunidade principalmente para os novos prefeitos, os de primeiro mandato, conhecerem os produtos e os serviços. Facilita muito e não demora quatro anos”, elogia o prefeito de Bertiooga (SP), José Orlandini, que está no terceiro mandato.



Joel Rodrigues/Agência LAR

No início da gestão, está o prefeito de Descanso (SC), Hélio Daltoe. Para ele, existem muitas ferramentas a serem adotadas pelos administradores municipais. “Esta é a minha primeira Marcha e acho importante esse espaço”, analisa.

A Exposição ocorreu paralelamente à Marcha. A abertura foi na tarde do primeiro dia, 8 de julho, e terminou no dia 11, às 14 horas. Foram ao todo 21 expositores, a maioria voltada à Educação, em seguida Saúde e Tecnologia. Os produtos vão desde ônibus escolares até *softwares* de TI.

Detalhes da Marcha

Stands recebem elogios dos participantes

Durante a XVI *Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, os prefeitos e os demais agentes municipais tiveram a oportunidade de conhecer o histórico do movimento, ter acesso às informações do Observatório do Crack e aos *royalties*, restos a pagar, merenda escolar, entre outras.

Os espaços preparados pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) foram além. Em frente ao auditório principal do evento, foram montados dois simuladores para mostrar aos prefeitos quanto as prefeituras perderam de recursos por causa das crises financeiras desde 1988.

“Eu sabia que estava perdendo, mas não sabia exatamente o valor. A nossa situação está no

limite e esse dinheiro faria uma diferença muito grande”, disse o prefeito de Santa Rosa do Purus (AC), Rivelino Mota, após a simulação.

Em relação ao *stand* Observatório do Crack, o prefeito de Tupã (SP), Manoel Gaspar, elogia: “com essa estrutura, a CNM nos mostra novos desafios e é importante para a gente receber essas informações. Ainda mais nós que estamos longe dos grandes centros”.

Alem disso, a CNM elaborou um Mapa do Brasil em ruínas, montado especialmente para mostrar que os gestores municipais ainda seguram o País nas costas, mesmo com tantas dificuldades. O painel foi idealizado para o registro fotográfico.



Joel Rodrigues/Agência LAR



Joel Rodrigues/Agência LAR



Saúde

Prefeitos recebem com dúvidas Programa Mais Médicos

A abertura da XVI Marcha contou com a presença do ministro da Educação, Aloizio Mercadante, e o ministro da Saúde, Alexandre Padilha. Durante o encontro com os prefeitos, os ministros falaram sobre o Programa Mais Médicos, lançado dia 8 de julho, pela presidente da República, Dilma Rousseff.

Na terça-feira, 9 de julho, foram publicadas no Diário Oficial da União (DOU) a Medida Provisória e os editais com as regras do Programa. Os prefeitos receberam com muitas dúvidas as novidades e fizeram diversas perguntas aos ministros, além de cobrar ações em diversas outras áreas.

Entre as novidades anunciadas, está a estimativa de abertura de dez mil vagas para médicos em regiões carentes, que devem receber uma bolsa federal no valor de R\$ 10 mil reais. Segundo as informações, 1.557 Municípios principalmente no interior do País terão prioridade nas vagas oferecidas aos médicos. Padilha disse que isso não significa que outros Municípios não possam entrar no plano.

Dos 1.557 Municípios considerados prioritários, 1.042 estão no Nordeste, 209 na região Norte, 135 no Sudeste, 125 no Sul e 46 no Centro-Oeste. Além deles, há 25 distritos sanitários indígenas que são considerados áreas prioritárias.

A polêmica contratação de médicos estrangeiros para o Programa recebeu várias críticas e sugestões dos prefeitos. E Padilha respondeu que os médicos brasileiros terão preferência para ocupar as vagas, e os estrangeiros contratados passarão um período de avaliação até serem aprovados para atu-



Joel Rodrigues/Agência LAR

ar. E o ministro Mercadante afirmou que serão criadas mais de 11 mil vagas em faculdades de medicina até 2017. Outra mudança é que os estudantes vão precisar passar por um estágio de dois anos, atendendo pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Mercadante disse que o governo ainda está disposto a discutir no Congresso uma nova forma de reajustar o piso dos professores. Os prefeitos argumentam que não conseguem

pagar os profissionais da educação.

O presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, afirmou que Saúde não é feita só de médicos e criticou a carência nos sistemas de alta e média complexidade que precisam de investimento e financiamentos.

Ziulkoski ainda destacou que a CNM não é contra nem a favor o novo Programa, "é preciso escutar e entender, os prefeitos apresentaram muitas dúvidas e cobranças em diversas outras áreas, por isso a entidade não tem uma opinião unificada sobre o tema", esclareceu Ziulkoski.

Depois do evento, o prefeito da cidade baiana de Santa Maria da Vitória, Amário Santana, disse que as prefeituras não têm dificuldades em fazer convênios com o governo federal, mas sofrem para garantir o custeio e as despesas na execução dos programas. Ele estima que a prefeitura de sua cidade tenha um orçamento mensal de R\$ 5 milhões. Desse total, R\$ 3 milhões são gastos com a folha de pessoal. Santa Maria da Vitória, distante 866 quilômetros de Salvador, possui quatro médicos, que recebem R\$ 8 mil, para atender a uma população de 40 mil pessoas.

Índice

Prêmio IRFS: dez Municípios recebem homenagem da Confederação



Joel Rodrigues/Agência LAR

Municípios que desenvolvem boa gestão têm oportunidade de ser homenageado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM). Por meio do prêmio *Índice de Responsabilidade Fiscal e Social dos Municípios (IRFS)*, as administrações municipais que conquistam os melhores resultados recebem destaque durante a *Marcha a Brasília em defesa dos Municípios*.

Na edição deste ano, receberam premiação os dez primeiros colocados no Índice referente à administração de 2011. São eles: São José do Hortêncio (RS); Bilac (SP); Toropi (RS); Louveira (SP); Nova Prata (RS); Jeceaba (MG); Bom Jesus dos Perdões (SP); Ibiaçá (RS); Paraí (RS); e Alpestre (RS).

O IRFS foi criado pela CNM com o objetivo de incentivar a boa gestão e a administração responsável. O estudo deste ano mostrou que, apesar da queda de arrecadações, efeitos da crise econômica, os gestores municipais alcançaram resultados positivos. Além disso, o Índice mostrou que os Municípios têm melhorado a arrecadação própria ao longo dos anos e, assim, têm melhorado a administração dos recursos municipais e a provisão de serviços.

Desenvolvido pelo Departamento de Estudos Técnicos da Confederação Nacional de Municípios (CNM), o IRFS mostra o desempenho das adminis-

trações municipais, por meio da análise dos dados das prestações de contas. O Índice é composto por três pilares: Fiscal, Social e Gestão. Nele, são considerados outros índices específicos – 16 ao todo –, que são calculados a partir das informações prestadas pelas próprias prefeituras à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e a outros órgãos oficiais, como o Banco de dados do Sistema Único de Saúde (Datasus) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep).

Fiscal: avalia-se endividamento; suficiência de caixa; gasto com pessoal; e superávit primário.

Gestão: custeio da máquina; legislativo *per capita*; legislativo em relação à Receita Corrente Líquida (RCL); grau de investimento.

Social: Saúde – gastos com saúde e saneamento, deduzidas as transferências do Sistema Único de Saúde (SUS); cobertura vacinal; taxa de mortalidade infantil; e média de consultas médicas por habitante.

Educação: gasto com educação; taxa de abrangência da rede municipal de ensino; taxa de abandono escolar da rede municipal de ensino e porcentual de professores da rede municipal com formação superior.

Boas práticas

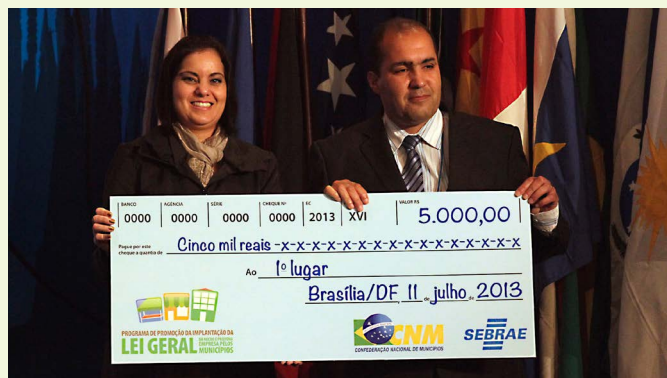
CNM e Sebrae premiam três bons exemplos de sustentabilidade

Premiadas na XVI *Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, em 11 de julho, três iniciativas são exemplos de desenvolvimento local sustentável. Seus autores, José Roberto Francisco Behrend, de Maringá (PR); Allyson da Silva Prata, de Prata (PB); e Wesley de Aquino Costa, de Raposos (MG), venceram o Concurso de Artigos sobre Iniciativas de Estímulo à Sustentabilidade nas Micro e Pequenas Empresas, organizado pela CNM em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (Sebrae). Cada um recebeu um cheque de R\$ 5 mil e a visibilidade para ações capazes de inspirar outros Municípios.

Vencedor na categoria Gerenciamento de Resíduos Sólidos, José Roberto apresentou no artigo um sistema desenvolvido pela prefeitura de Maringá para desburocratizar os planos de gerenciamento previstos pela Política Nacional de Resíduos Sólidos e usá-los em favor do empreendedorismo. “Antes, havia processo com 12 meses de tramitação”, lembra. “Reduzimos para uma média de 30 dias. Os planos em papel tinham em média 56 páginas. Agora têm entre 3 a 10 páginas, o que facilita a interpretação, tanto dos empreendedores, quanto da própria administração pública. Gerou uma padronização de informações, que auxilia a tomada de decisões do poder público”.

Na categoria Sustentabilidade Rural, Allyson demonstrou que o uso de tecnologias sociais serve ao produtor como alternativa para desenvolver seu empreendimento e, ao mesmo tempo, preservar os recursos naturais. Citou como exemplo a aquaponia – produção de pescado associada à de vegetais. A prática estimula os piscicultores a instalarem em cima dos tanques uma estrutura de canteiro para hortaliças. É o início de um ciclo produtivo sustentável: as plantas, por estarem ao alto do tanque, usam a água para se desenvolver, suas raízes alimentam os peixes e, fechando o círculo, os dejetos dos animais servem de adubo para os vegetais. Durante o período de crescimento dos peixes, os produtores ganham renda com as hortaliças.

Na categoria Gestão Ambiental, Wesley sugeriu a criação do selo “MEI Ambiente”, a ser oferecido pelo Município aos pequenos negócios que seguirem critérios de sustentabilidade definidos pela prefeitura. Com o selo, o empreendedor ganha nas compras governamentais, além do diferencial oferecido pela Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, outras vantagens na participação de licitações. O selo serviria como instrumento de desempate em uma licitação. O papel da prefeitura não se resumiria a estipular os critérios para a certificação: também ajudaria na formação da cultura sustentável entre os pequenos negócios. Ou seja, antes de conceder o selo, a prefeitura iria capacitar os empreendedores.



O NOVO CONCURSO

A próxima edição do concurso está com inscrições abertas. Desta vez, serão premiados os melhores artigos sobre casos de sucesso na atuação dos agentes de desenvolvimento: R\$ 5.000,00 para o primeiro lugar; R\$ 3.000,00 para o segundo; e R\$ 1.000,00 para o terceiro. A premiação será em Foz do Iguaçu (PR), durante o *Encontro Nacional de Agentes de Desenvolvimento*, no dia 28 de outubro. Mais informações: <<http://www.portaldodesenvolvimento.org.br/concurso>>.

Parceria

CNM firma convênio com TCU

Durante o terceiro dia da *XVI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) firmou um convênio com o Tribunal de Contas da União (TCU). Na solenidade, o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, defendeu o intercâmbio de informações e capacitação de recursos humanos para os Municípios brasileiros. “É importante esta aproximação institucional, porque tudo é fiscalizado pelo TCU e isso é um investimento para os gestores”, destacou o presidente.

Para o presidente do TCU, ministro Augusto Nardes, “ser prefeito hoje é um ato de coragem”. Ele afirmou que, desde o início da sua gestão, busca orientar os prefeitos para que não cometam ilegalidades, e que muitas vezes isso acontece por falta de conhecimento. O ministro explicou que o órgão irá lançar mais de 20 palestras em todos

os Estados e deve convocar todos os gestores para receberem orientações sobre controle interno e administração pública.

Segundo Nardes, o Tribunal quer agir de forma preventiva e não somente punindo os Municípios. “Vamos mostrar um retrato da economia nacional e vamos fazer auditorias em todos os Estados para identificar os principais gargalhos e falhas municipais, orientando com soluções e investindo em ações de governança, pois para uma boa gestão é preciso planejamento”, explica o ministro.

Sede CNM

Após a assinatura do convênio, Ziulkoski também fez a assinatura simbólica do contrato com a empresa Soltec, a vencedora da licitação para a construção da nova sede da CNM. Duran-



Joel Rodrigues/Agência LAR

te uma breve apresentação, Ziulkoski mostrou as maquetes da sede, ou, como preferiu chamar, da “Embaixada dos Municípios”, as quais foram aplaudidas pelos gestores.

Ziulkoski ainda anunciou que a entrega da nova sede deve ocorrer em 15 meses e o projeto ficou orçado em cerca de R\$ 40 milhões.

Conhecimento

Biblioteca da CNM faz sucesso

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) montou uma biblioteca na entrada da *XVI Marcha*, com dezenas de títulos sobre Gestão Pública, Saúde, Jurídico, Educação, Contabilidade e outros temas de interesse da administração municipal. A entidade disponibilizou mais de 70 mil exemplares para os gestores que saíram satisfeitos com sacolas repletas de livros.

O prefeito de Tunápolis (SC), Enó Scherer, gostou dos seus exemplares e destaca o trabalho da entidade em sempre informar os gestores sobre os mais diversos temas. “O material traz, de forma detalhada, orientações sobre importantes áreas da administração pública. Assim, fica fácil fazer o dever de casa no Município, pois temos ferramentas adequadas”, admite o prefeito.

O prefeito mineiro de São Geraldo do Baixio, Marcos Mendes, está levando os livros para seus secretários. “Como estamos em primeiro mandato, temos muitas dúvidas com a prestação de contas do prefeito anterior, acredito que



Joel Rodrigues/Agência LAR

os livros da CNM podem ajudar”, conta.

Capacitação

A prefeita de Clara das Poções (MG), Dornha, garante que os títulos vão ajudar sua administração. “Como temos uma equipe pequena e um orçamento sempre apertado, temos de ser polivalentes e não podemos ficar pagando capacitação para nossos funcionários, os livros vão ajudar muito”, relata.

O prefeito de Brodowski, de São Paulo, Elves Carreiro, acredita que a biblioteca foi uma excelente ideia e que a maioria dos colegas prefeitos estão aproveitando para levar para casa seus exemplares sobre gestão pública. “Os livros são muitos bons e muito didáticos, já tinha alguns, mas agora completei a coleção”, conta.

Para conhecer a série de títulos que a Confederação disponibiliza para os gestores, basta consultar a biblioteca *on-line* no *site* da CNM.

Pesquisa

Maioria dos prefeitos é contra reeleição e defende mandato de 6 anos

Fim da reeleição, mandato de mandato de 6 anos, limite de reeleição para os parlamentares e financiamento público de campanha. Essas são questões defendidas pela maioria das prefeitas e dos prefeitos que participaram da *XVI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*. A pesquisa foi aplicada pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) durante o período do evento, de 8 a 11 de julho.

A pesquisa incluiu um total de 12 questões que estão sendo discutidas no momento pelos líderes partidários, tendo como tema a reforma política. Foram ouvidos um total de 674 gestores municipais, entre os quais 622 prefeitos e prefeitas.

No item que trata da reeleição para cargos

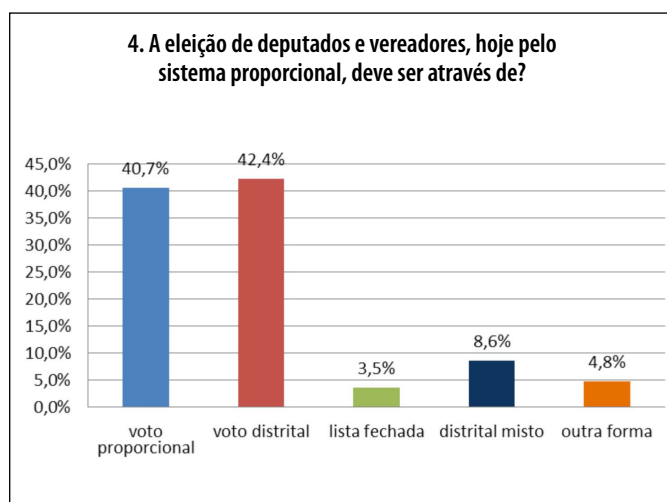
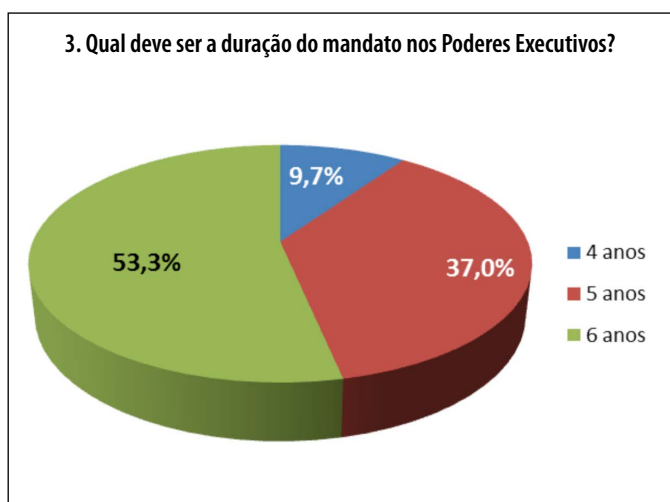
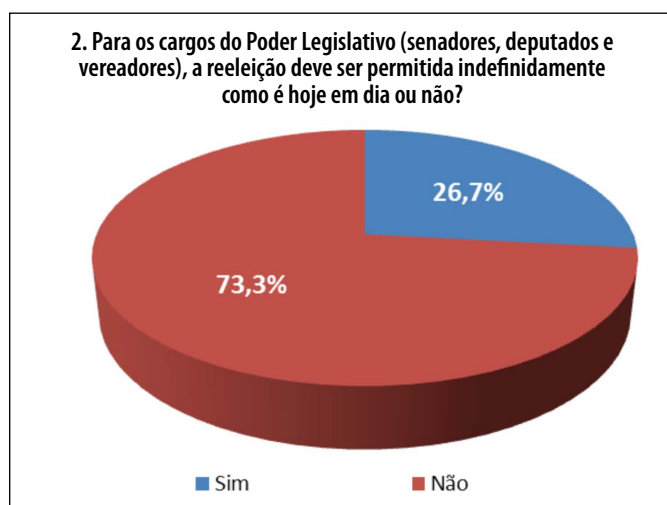
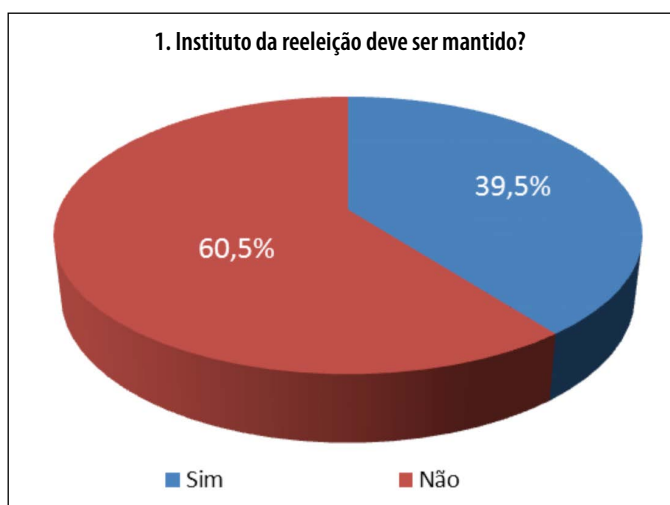
executivos (presidente da República, governador e prefeito), 39,5% indicaram que o instituto da reeleição deve ser mantido e 60,5% manifestaram posição contrária.

Sobre a reeleição por prazo indefinido de senadores, deputados federais e estaduais e vereadores, 73,3% dos consultados defendem que deve haver um limite, e os outros 26,7% optaram pela manutenção da regra atual.

Quanto à duração do mandato para cargos do Executivo, a história mostra várias mudanças: quatro anos durante a República Velha; cinco anos após a Era Vargas; o mesmo período no começo da redemocratização, com José Sarney

e Fernando Collor, e novamente quatro anos a partir de Fernando Henrique Cardoso. A maioria dos pesquisados (53,3%) indicou que 6 anos é o tempo que deveria durar o mandato. Outros 37% indicaram que o período ideal seria de 5 anos e, 9,7% indicou 4 anos.

Na discussão sobre o sistema a ser adotado para eleger deputados, o voto distrital permanece com a preferência, com 42,4% dos entrevistados, seguido de perto com o sistema atual – voto proporcional –, com 40,7%. O voto distrital misto recebeu 8,5%, outras formas com 4,8% e somente 3,5% indicaram a lista fechada como sendo de sua preferência.



Marcha

Carta da Marcha: Confederação elencas principais pontos do evento

A XVI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios terminou na manhã de 11 de julho com a leitura da *Carta da Marcha*. Após uma assembleia no auditório principal do evento, o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, agradeceu a presença e a confiança nos prefeitos e nos demais agentes municipais que fizeram o sucesso do encontro.

Na *Carta da Marcha*, a CNM destaca os pontos reivindicados deste ano:

1. aumento de 2% no Fundo de Participação dos Municípios (FPM);
2. reajuste nos repasses aos programas federais;
3. encontro de contas com a União;
4. reposição das renúncias de Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) e Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (Cide);
5. regulamentação da Lei Complementar 116/2003, que trata do Imposto Sobre Serviços (ISS); e
6. reajuste do piso dos professores pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (INPC).

Além dos itens mais relevantes da pauta, a Confederação apontou na Carta as conquistas alcançadas nesta edição da *Marcha a Brasília*. São elas:

1. R\$ 3 bilhões, como novo Apoio Financeiro aos Municípios (AFM);
2. atualização de R\$ 3 por pessoa no Programa de Atenção Básica (PAB);
3. apoio à reformulação da LC 116/2003;
4. extensão do Minha Casa, Minha Vida para entes com menos de 50 mil habitantes, sem a necessidade de seleção de Municípios;
5. contratação e financiamento e mais médicos para a rede pública;

6. veto parcial ao Ato Médico;
7. sanção da nova forma de distribuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE); e
8. reinstalação da Subcomissão de Assuntos Municipalistas no Senado Federal.

“Vamos à luta. Vamos seguir para conseguir aquilo que tanto queremos”, finalizou o presidente Ziulkoski no último discurso do evento.

